Artigo 15.º (Órgãos Sociais)

1. São Órgãos Sociais da Associação Numismática de Portugal:
- A Assembleia Geral - A Direção - O Conselho Fiscal

2. O mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal é de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

Artigo 22.º (Reuniões da Assembleia Geral e Condições de Convocatória)

1. A Assembleia Geral reúne normalmente na sede da instituição, por convocação do respetivo Presidente ou, na sua falta ou impedimento, por um dos Secretários, mediante aviso postal onde se designem expressamente o local, dia, hora da reunião e respetiva ordem de trabalhos.

2. A convocatória será enviada a cada associado por carta, e-mail e/ou publicação na área reservada do site da Associação, com uma antecedência mínima de quinze dias.

3. Tratando-se da alteração dos estatutos, com a ordem de trabalhos deverá ser enviada a indicação específica das modificações propostas.

Artigo 28.º (Reuniões da Direção)

1. A Direção reúne ordinariamente, no mínimo, quatro vezes por ano, e extraordinariamente sempre que o Presidente ou Vice-Presidente, no impedimento daquele, a convoquem por sua iniciativa, ou ainda a pedido de qualquer Diretor.

2. A Direção tomará deliberações por maioria dos presentes, considerando-se válidas as reuniões de *quorum* mínimo de três membros.

Lista das Principais Alterações aos Estatutos e Nova Redação dos Artigos

a) Artigo 1.º (Constituição; Denominação; Duração e Sede)

- Atualização da morada da sede da Associação;
- Inclusão de referência aos anteriores estatutos do Clube Numismático Português.

b) Artigo 2.º (Objetivos)

- Reestruturação do parágrafo em alíneas, com frases mais curtas, visando maior clareza na exposição dos objetivos da ANP;
- Atualização das entidades com as quais a Associação pretende manter contacto.

c) Artigo 4.º (Categorias de Associados)

- Eliminação da referência ao sexo dos associados, por se considerar desnecessária e potencialmente discriminatória à luz do quadro legal vigente;

d) Artigo 11.º (Obrigações dos Associados)

- Introdução de uma nova alínea que impõe a obrigatoriedade de comunicação, por escrito, da decisão de cessar a qualidade de associado, garantindo clareza no registo e gestão da base de dados de sócios.

e) Artigo 14.º (Penalidades)

- Reformulação do regime disciplinar, com introdução do direito de recurso para a Assembleia Geral em caso de sanções aplicadas pela Direção;
- Definição da competência da Assembleia Geral para aplicação da sanção de exclusão, mediante proposta da Direção e processo disciplinar com garantia de defesa do associado;
- Estabelecimento da irrecorribilidade das deliberações da Assembleia Geral, salvo em caso de surgimento de novos elementos que justifiquem reavaliação;
- Salvaguarda do direito de recurso ao tribunal em caso de exclusão.

f) Artigo 15.º (Órgãos Sociais)

- Alteração da duração do mandato da Direção de dois para quatro anos, com o objetivo de reforçar a estabilidade e permitir maior eficácia na implementação de projetos.

g) Artigo 22.º (Reuniões da Assembleia Geral e Condições de Convocatória)

- Fica consignada nestes estatutos a possibilidade de envio digital das convocatórias por e-mail para os associados que habitualmente usam este meio de comunicação com a associação

h) Artigo 28.º (Reuniões da Direção)

- Alteração da periodicidade mínima das reuniões ordinárias da Direção de bimestral para, no mínimo, três vezes por ano, adequando o texto à prática da Associação.

Artigo 1.º (Constituição; Denominação; Duração e Sede)

1. A Associação Numismática de Portugal, anteriormente designada Clube Numismático de Portugal, alterou a sua denominação por escritura de 6 de setembro de 1995, no 8.º Cartório Notarial de Lisboa, lavrada de fls. 68 a 69 v. do livro de escrituras diversas n.º 87-H.

2. A Associação Numismática de Portugal, adiante designada por ANP, é uma associação cultural e científica, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e com o Estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com sede na Avenida Eng. Arantes e Oliveira, 5 S/L B, 1900-221 Lisboa.

Artigo 2.º (Objetivos)

A Associação Numismática de Portugal (ANP) tem como objetivos principais:

- a) Desenvolver o interesse pela numismática, medalhística e áreas de colecionismo afins, através de iniciativas culturais e científicas;
- b) Estreitar as relações entre os associados, promovendo a troca de experiências e conhecimento;
- c) Organizar exposições, conferências e cursos sobre numismática, medalhística e campos relacionados;
- d) Colaborar com entidades competentes para a defesa e conservação de achados numismáticos;
- e) Manter relações de intercâmbio cultural com associações numismáticas nacionais e internacionais;
- f) Promover a investigação científica na área da numismática, incluindo a constituição de uma biblioteca especializada e a criação de um laboratório de pesquisa;
- g) Publicar boletins informativos e obras de investigação, de forma periódica ou não, para divulgação e aprofundamento do conhecimento numismático;
- h) Assegurar estreito contacto com a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, o Museu Numismático Português, o Museu do Dinheiro, o Banco de Portugal e outras entidades bancárias, nacionais e internacionais.

Artigo 4.º (Categorias de Associados)

1. Podem ser associados da ANP todos os indivíduos singulares ou entidades coletivas que participem nos fins e objetivos propostos no artigo 2.º dos presentes estatutos.

2. Os associados integram quatro categorias:

- Honorários
- De Mérito
- Efetivos
- Juvenis

Artigo 11.º (Obrigações dos Associados)

São deveres dos associados:

- a) Cumprir as disposições deste Estatuto e do Regulamento Interno ou outros de atividades, bem como as deliberações da Assembleia Geral e da Direção;
- b) Nunca proceder contra os interesses da Associação, nomeadamente em meios de comunicação social, procurando sempre, pelo contrário o seu prestígio e expansão;
- c) Defender por todos os meios, nomeadamente os judiciais, o património da Associação e os seus interesses;
- d) Desempenhar, com zelo e assiduidade, os cargos para que foram nomeados ou eleitos;
- e) Pagar, nos prazos prescritos, os seus débitos à Associação;
- f) Comunicar por escrito a demissão quando não desejam continuar como associados.

Artigo 14.º (Penalidades)

1. Os associados que infringirem os presentes Estatutos, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- Advertência.
- Suspensão até 1 ano.
- Exclusão.

2. Compete à Direção a aplicação das sanções de advertência, suspensão e exclusão, com exceção das exclusões, que dependerão da deliberação da Assembleia Geral. Em todos os casos, os associados têm o direito de recurso para a Assembleia Geral caso considerem que as sanções são desproporcionais ou aplicadas de forma indevida.

- A advertência será feita por escrito, através de carta registada.
- A suspensão será comunicada por carta registada e não desobriga o associado dos deveres previstos nas alíneas a), b), c) e e) do artigo 11.º, incluindo o pagamento regular das quotas, sob pena de exclusão.

3. A aplicação da sanção de exclusão de um associado é da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção, baseada em processo disciplinar. O associado acusado tem direito a ser notificado por escrito da acusação, através de carta registada, e terá o direito de apresentar a sua defesa perante a Assembleia Geral, no prazo de vinte dias após a receção da acusação.

4. No processo a acusação deverá constar de documento escrito e ao associado visado deverá ser facultado o direito de defesa, a apresentar no prazo de vinte dias a contar da receção da acusação.

5. As deliberações da Assembleia Geral são definitivas e irrecorríveis, salvo se existirem novos elementos que justifiquem uma revisão ou nova deliberação em Assembleia Geral extraordinária. Em caso de exclusão, o associado poderá recorrer ao tribunal, nos termos da Lei.